

Combate a racismo exige reconhecimento de privilégios da branquitude

Vantagens materiais e simbólicas de pessoas brancas precisam ser notadas para enfrentamento da discriminação

[\(Folha de S.Paulo, 15/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Reconhecimento das [vantagens materiais e simbólicas](#) de pessoas brancas é indissociável do processo de consciência e [enfrentamento do racismo](#) num [país em que a cor da pele pode determinar](#) se um inocente será abatido como potencial criminoso.

Você vai às compras sozinha sabendo que não será seguida ou perturbada?

Se ligar a TV ou abrir o jornal, é certo que verá pessoas da sua raça amplamente representadas?

Quando um policial para seu carro, você tem convicção de que não foi por causa da sua cor?

Você escolhe facilmente maquiagem corretiva ou curativos no tom da sua pele?

Se respondeu “sim” a essas perguntas, com certeza você é uma pessoa branca. Esses são alguns dos 46 privilégios brancos elencados pela pesquisadora americana Peggy McIntosh em 1988, quando a acadêmica feminista e antirracista se tornou a principal divulgadora dos estudos críticos da branquitude (“whiteness”, em inglês) enquanto lugar social de vantagens materiais e simbólicas.

Desde então, a lista de McIntosh, uma mulher branca, já foi complementada de várias maneiras em diferentes partes do mundo. No Brasil, questões duras e bastante reveladoras seriam inevitáveis, como “você se preocupa com a possibilidade de um helicóptero da polícia metralhar as ruas do seu bairro ou

a sua casa?”.

No Twitter, as mais de 2.300 respostas dadas à pergunta “se o racismo acabasse hoje, o que você faria?”, feita pelo jornalista Gilberto Porcidonio, sugerem outros privilégios tão singelos quanto surpreendentes para não negros: ir ao shopping de chinelos, correr na rua tranquilamente, abrir a bolsa dentro de uma loja para pegar o celular, usar o capuz do moletom nas ruas.

“Como uma pessoa branca, eu tinha aprendido que o racismo é algo que coloca os outros em desvantagem, mas não fui ensinada a enxergar um de seus corolários, o privilégio branco, que me coloca em vantagem”, escreveu McIntosh, que define a branquitude como um “pacote invisível e indébito de ativos que podem ser descontados diariamente”, mas cuja existência não se reconhece.

Por mais que muitos brancos se esforcem, já não é possível, hoje, ignorar esse pacote de ativos. Há uma [crescente pressão de velhos e novos movimentos negros](#), que ganharam poder de articulação graças à tecnologia, aumentando o alcance de suas demandas por equidade e de suas denúncias a respeito das [opressões do racismo estrutural](#).

Há também o imperativo dos dados, que ilustram o aumento da consciência negra, descrevem as demandas e preocupações dessa população e evidenciam a desproporcionalidade a que ela está submetida quando o assunto é violência, oportunidade e representatividade.

Se, em 2006, 48% dos brasileiros se autodeclararam pretos ou pardos, em 2018 esse percentual atingiu 56% da população do país, segundo dados do IBGE. Analistas avaliam que o aumento possa ser atribuído à miscigenação da população ou ao progressivo autorreconhecimento de negros que antes empreendiam processos de embranquecimento em busca de aceitação.

Um aspecto bastante visível desse fenômeno está nos cabelos de pretos e pardos: antes majoritariamente alisados, hoje exibem volumes crespos, black powers, tranças e dreadlocks.

Estudo do Instituto Locomotiva apontou que 86% dos negros têm orgulho de

quem são, mas 71% foram vítimas ou presenciaram crime de racismo no último ano.

Segundo pesquisa do Google realizada com brasileiros negros pela consultoria Mindset e pelo Instituto Datafolha, a pauta mais urgente para essa parcela da população é a inclusão no mercado de trabalho (46%), no qual negros são minoria em posições gerenciais (29,9%). Mesmo quando têm curso superior, recebem salários 31% menores que brancos nas mesmas condições.

A segunda questão mais urgente para os negros é o racismo estrutural (44%), seguido do feminismo negro (27%) e da matança de negros (24%).

Além disso, a intensidade e a visibilidade dos debates sobre racismo não tem precedentes na história do Brasil, como ficou evidente na profusão de campanhas, mesas-redondas e eventos no último novembro, mês da Consciência Negra.

“Muito mais lentamente do que deveria, mas de maneira crescente, as fichas estão caindo por pressão”, afirma a [psicóloga negra e colunista da Folha Cida Bento](#), eleita pela revista britânica The Economist como uma das 50 pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade.

“Em matéria de representação, de vermos mais negros em campanhas publicitárias, temos crescido. Não se trata de uma decisão do mercado, mas de uma forte cobrança da sociedade”, afirma a publicitária negra Samantha Almeida, chefe de conteúdo na agência Ogilvy Brasil. “Quando a sociedade e a mídia se manifestam, as marcas vão junto para não perder a conversa.”

Ainda assim, quando se fala de racismo no Brasil, fala-se do negro, e o branco desaparece, como se não fizesse parte da questão.

“No mínimo, o racismo é um problema das relações entre negros e brancos e, se você quiser polarizar, ele seria um problema essencialmente dos brancos, que o criaram”, provoca Bento, pioneira no debate crítico da branquitude no Brasil.

Refutar a existência do privilégio branco, contudo, tem a ver tanto com a

própria origem da branquitude, nascida no processo de colonização europeia do mundo, quanto com a sua resiliência ao longo dos 500 anos que se seguiram.

“A raça é uma construção geopolítica, e não biológica. E corresponde aos três grandes continentes conquistados: amarelos na Ásia, negros na África, vermelhos nas Américas”, explica a psicóloga branca Lia Vainer Schucman, professora da Universidade Federal de Santa Catarina e autora de “Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo”, livro esgotado, a ser relançado pela editora Veneta.

“A colonização explorava outros povos, identificados como inferiores, primitivos e sem alma. A hierarquia e a dominação, que são a prática racista, já existiam. E a ideia de raça surge para justificá-las”, diz ela.

O jornalista branco [Laurentino Gomes explica em seu novo livro](#) que a escravidão é tão antiga quanto a humanidade e provinha de todas as regiões do mundo, afetando diferentes populações ao longo da história.

Em “Escravidão” (Companhia das Letras), o primeiro volume de uma trilogia sobre o tema, ele registra que os índios do Novo Mundo foram dizimados e substituídos por um tráfico negreiro “volumoso, organizado, sistemático e prolongado” como nunca antes na história, o que está na origem da segregação e do preconceito racial dos dias de hoje.

Num país que foi “construído por negros, mas sempre sonhou ser um país branco”, escreve Gomes, aqueles que foram escravizados pelos europeus eram tratados como exóticos e selvagens ou ingênuos e incapazes.

Este processo de definição do “outro” a partir do imaginário ocidental europeu foi descrito pelo crítico palestino Edward Said (1935-2003) no clássico “Orientalismo”. Trata-se de uma construção, a partir do olhar do branco europeu, daqueles que são diferentes, sob o seu ponto de vista.

Contudo, ao lançar sobre o outro aquilo que julgam não lhes caber, os brancos reservaram para si um lugar desracializado, neutro, “normal”. Enxergam em si uma espécie de modelo paradigmático de humanidade.

“A branquitude é uma particularidade que se pensa universal e geral. E,

desta forma, coloca os demais grupos como margem, como desviantes ou inferiores”, afirma Schucman. “Fala-se em ‘beleza negra’, por exemplo, mas não em ‘beleza branca’, que é pensada apenas como ‘beleza’, uma categoria universal e geral.”

Essas classificações acabaram dominando subjetivamente colonizadores e colonizados, resultando, por um lado, na não aceitação, por parte dos negros, de seus fenótipos. Essa rejeição gerou um desejo de branqueamento —aquilo que o filósofo e psiquiatra negro Frantz Fanon (1925-61) chamou de “máscaras brancas”.

Por outro lado, formou-se também o que Cida Bento classificou como “pacto narcísico da branquitude”, em que os brancos, embevecidos pelas narrativas edificantes que criaram sobre si, são omissos em relação aos seus privilégios, ao racismo e a sua responsabilidade pela manutenção desse sistema, que procurou se justificar enquanto ciência no campo da eugenia.

“A branquitude é um lugar de privilégio a partir do qual o sujeito olha para os outros, os define e os nomeia”, explica Bento, que é doutora em psicologia social pela USP e diretora executiva do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), criado em 1990.

O escritor gaúcho —e branco— Juremir Machado da Silva empreendeu um exercício literário para evidenciar privilégio e racismo como dois lados da mesma moeda. Em seu novo livro, “Acordei Negro”, um homem branco comum e anônimo desperta num corpo negro e se surpreende com a maneira como o mundo reage a sua nova cor, como quando é enxotado por um policial ao encostar em um carro de luxo na rua.

“É uma maneira de dizer que, em um país racista, existe uma visibilidade negativa com relação ao negro, o que é insustentável e criticável sob todos os aspectos e que pode ser tematizado”, explica o autor, também jornalista e professor universitário.

O livro, lançado em conjunto pelas editoras Sulina e Figura de Linguagem —esta criada e dirigida por negros— “trata do ponto de vista de como um branco se sentiria tornando-se negro”, diz o autor. “Não pretende dizer o que

um negro sente.”

O poder de caracterizar o outro em oposição a si próprio se traduz, explica Bento, numa referência branca positivada de beleza, inteligência, competência e protagonismo que se consolidou ao longo dos séculos na falácia da superioridade branca.

Foi a retomada da retórica da supremacia branca nos discursos públicos nos EUA que fez a premiada poeta jamaicana negra [Claudia Rankine sugerir um curso sobre branquitude](#) para a prestigiosa Universidade de Yale. Toparam.

“A partir das eleições de 2016, as narrativas do nacionalismo branco ganharam espaço. E assistimos a um aumento de grupos terroristas supremacistas brancos e de atentados contra pessoas de pele escura”, afirma Rankine. Segundo o FBI, o número de ocorrências de crimes de ódio ligados a questões étnico-raciais aumentou quase 25% entre 2015 e 2017, antes e depois da eleição de Donald Trump.

“A retórica do presidente Trump aumentou a intensidade das respostas das instituições, como as polícias, pautadas na premissa da supremacia branca. E serviços sociais foram cortados para que não chegassem a determinadas populações”, avalia Rankine, que aponta o nacionalismo branco como determinante do zeitgeist, o espírito do nosso tempo.

Com isso, diz a poeta, os posicionamentos de Trump jogaram luz em questões que havia muito estavam presentes, mas pouco visíveis. “A agenda supremacista branca se tornou mais vocal e pública. Muitos começaram a perceber que não podem mais fingir que a branquitude não está no jogo e acordaram para isso pela primeira vez na vida.”

O aumento de poder das mulheres, dos grupos LGBTQ e dos negros nos últimos anos colocou em xeque a ideia de sujeito universal, cuja posição de privilégio era tida como garantida pela branquitude.

Mas, no lugar de repensar hierarquias e redistribuir recursos, o que se viu em países como EUA e Brasil foi um apelo ao nacionalismo como um conceito monolítico —e branco.

No Brasil, o aumento da visibilidade negra deriva, em parte, da superação do mito da democracia racial, espécie de paraíso da branquitude, segundo Lia Schucman, do qual pulamos diretamente para o recente desvelamento do racismo brasileiro.

“A identidade dos brasileiros brancos descendentes dos imigrantes chegados a partir do século 19 nem sempre é bem autodefinida do ponto de vista étnico-racial”, avalia o [escritor e compositor Nei Lopes](#), que lança agora “Afro-Brasil Reluzente: 100 Personalidades Notáveis do Século XX” (Nova Fronteira).

“Muitos se veem como brasileiros, como são, de fato e de direito —e num país sem conflitos, ‘racialmente democrático’. Mas o povo negro, historicamente excluído, tem necessidade de afirmar sua identidade. E esse posicionamento é que pode unir todos nós, afrodescendentes de todos os matizes e origens, em busca da sonhada igualdade.”

Segundo Schucman, a defesa da ideia de que somos todos mestiços e, portanto, iguais, “isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoadado como realidade”, o que, de acordo com Cida Bento, produz um senso de alívio entre os brancos, restringindo os debates sobre racismo aos grupos não hegemônicos, que são alvo do racismo estrutural.

“Considero que a grande eficácia do projeto da democracia racial foi o silenciamento e a invisibilidade dos negros e de sua história, em vários níveis. Desde a negação da crueldade da escravidão até a falta de reconhecimento dos intelectuais negros, que sempre existiram e produziram, mas que só recentemente têm sido recuperados. Tudo foi invisibilizado”, explica Márcia Lima, [única professora negra](#) do programa de pós-graduação do departamento de sociologia da USP.

Lima, que coordena o Afro Núcleo de Pesquisa sobre raça, gênero e justiça racial do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), explica que esse tipo de discussão deixou “os guetos” do país a partir do debate nacional sobre cotas na educação superior. Foi quando a insistência brasileira em uma questão de classe passou a ser mais confrontada com a questão de raça.

“Até as cotas, ninguém aqui era branco ou negro. Mas o debate mudou, e hoje é difícil achar um branco que não saiba que é branco. É uma categoria que passou a existir”, diz Schucman, cuja tese de doutorado entrevista pessoas brancas de diversas classes para aferir o privilégio da cor da pele em diversos níveis socioeconômicos, da miséria à riqueza.

Sua pesquisa traz o caso mais evidente de que cor e classe não são a mesma coisa —o de um homem branco em situação de rua que diz que “ser branco é poder entrar no shopping pra cagar”, enquanto seus colegas negros sem teto passam aperto do lado de fora, nas ruas.

“Mesmo na ausência de recursos financeiros, a branquitude representa um privilégio que as pessoas não reconhecem quando são pobres ou de esquerda”, comenta Cida Bento, para quem a esquerda brasileira lida mal com o corte racial da questão de classe. “Ainda assim, avanços foram feitos pela esquerda porque os negros são maioria [75%] entre os pobres”, complementa.

O corte racial, e não social, das cotas universitárias passou a ser mais bem aceito a partir da mensuração da performance dos alunos cotistas, que se revelou distante da catástrofe projetada pelos críticos da política de ação afirmativa. Hoje, pela primeira vez, os [negros são maioria nas universidades públicas do país](#).

Trata-se de uma novidade com potencial para mudanças sociais mais profundas no país.

A [artista plástica Rosana Paulino](#), autora das obras que ilustram esta matéria, atribui grande parte de seu passaporte para o monocromático mundo das artes visuais brasileiras a seu diploma de graduação, que conquistou nos anos 1980, quando era a única negra do pedaço.

“O que fez diferença pra mim foi ter estudado na USP e ter ganho uma bolsa para uma especialização em gravura em Londres”, avalia ela, [pioneira na discussão de raça e gênero](#) nas artes plásticas brasileiras, e que teve uma exposição na Pinacoteca entre 2018 e 2019. “Sem negros nas universidades não se forma quadros negros de elite.”

Paulino lembra que não tinha colegas negros na faculdade e que passou dez anos trabalhando sem ter artistas negros de sua geração com quem discutir e trocar experiências.

“Num país em que 56% da população é não branca, basta saber operar uma calculadora pra ver que alguma coisa está muito errada”, diz.

Entre as muitas consequências da baixa representatividade de negros nos espaços de poder, de produção de conhecimento e de produção de subjetividades, Paulino aponta a solidão. “São muito poucas mulheres negras em qualquer lugar de destaque e, além da falta de modelos, a solidão também se torna inevitável.”

A cultura de massa do país, em especial as telenovelas, também pisou na bola até há pouco. E produções audiovisuais, em especial as novelas, representaram reiteradamente negros em posições de subalternidade. Muitas obras chegaram a negar o lugar do negro na dramaturgia mesmo quando se baseiam em obras cujo protagonista era uma personagem negra.

É o caso da minissérie “Chiquinha Gonzaga”, de 1999, que conta a história da pianista e compositora negra interpretada pelas atrizes brancas Gabriela Duarte e Regina Duarte.

Em 2018, a TV Globo [escalou um elenco majoritariamente branco](#) para uma trama que se passa na Bahia, o estado com mais negros do Brasil. Enquanto apenas 11% do elenco era composto por negros, 76,3% dos baianos se autodeclararam pretos e pardos.

A Bahia branca apresentada na novela gerou críticas, uma nota de retratação da emissora, a escalação emergencial de atores negros e ainda uma notificação do Ministério Público do Trabalho, que demandava “a representação da diversidade étnico-racial da sociedade brasileira”.

“Essa baixa representatividade de negros faz com que, quando em evidência, eles sejam submetidos a uma cobrança desproporcional, tanto para fora do grupo das pessoas negras como para dentro dele”, explica a socióloga Márcia Lima. “Para fora, não podem errar. Para dentro, não podem divergir.”

Um exemplo da cobrança “para fora” ocorreu na semana de estreia da jornalista negra Maju Coutinho na bancada do Jornal Hoje, da TV Globo, quando [foi criticada por cometer falhas](#) geralmente ignoradas na performance de outros apresentadores, quase todos de pele branca.

Outro foi o caso da [química e pesquisadora negra Joana D’Arc Félix de Sousa](#). Ela descrevia em seu currículo um diploma da Universidade Harvard (EUA) que se descobriu ser inexistente. O governador branco do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, [também turbinou seu currículo](#) com um diploma falso da mesma instituição.

A atenção dada ao caso da cientista negra, foi, porém, muito diferente daquela dispensada ao do político branco. Uma busca no Google com as mesmas palavras-chave —“diploma”, “falso” e “Harvard”— mostra que, aliadas ao nome do governador, há 7.230 ocorrências; ao da pesquisadora, aliam-se 13.200 links, quase o dobro de menções.

As cobranças “para dentro” do grupo de pessoas negras, no entanto, dificilmente se tornam públicas, por supostamente alimentarem lógicas racistas.

Antes de ter a [nomeação para a direção da Fundação Palmares cassada pela Justiça](#), no início de dezembro, o jornalista negro Sérgio Nascimento de Camargo, que nega a existência do racismo no Brasil, foi criticado pelo próprio irmão, que, nas redes sociais, disse sentir vergonha.

A postagem de Wadico, músico, foi imediatamente repreendida pelo pai de ambos, o escritor Oswaldo de Camargo, especialista em literatura negra e militante do movimento negro, que escreveu: “Não nos exponha. Há muita gente gostando deste espetáculo que, afinal, é prejuízo para toda a comunidade negra”.

Para a psicóloga negra Maria Lúcia da Silva, uma das organizadoras do livro “O Racismo e o Negro no Brasil: Questões para a Psicanálise” (Perspectiva), a restrição tem razão de ser. “A branquitude se aproveita de conflitos de grupos subalternizados para mantê-los assim, subalternizados.”

Isso porque, segundo Lia Schucman, o maior privilégio da branquitude é que

cada indivíduo branco representa apenas a si mesmo, enquanto cada indivíduo negro representa, aos olhos da branquitude, todo o grupo de pessoas negras do país.

“Enquanto os brancos pensam que seus atributos positivos são méritos e conquistas pessoais, e não os privilégios da sua raça, cada negro sabe que qualquer julgamento negativo sobre um indivíduo de seu grupo recai sobre todas as pessoas contidas nele”, explica. Para ela, aquele que não se enxerga como parte do sistema racista não consegue ser antirracista.

Com isso, ela persegue uma máxima cunhada por um dos ícones dessa luta, a também filósofa e [ativista negra feminista americana Angela Davis](#): “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

Cida Bento explica que hoje existe “uma impaciência e um desconforto dos negros na relação com os brancos, porque esse negócio não muda nunca, e o branco genérico se torna um inimigo”.

Ela lembra do grupo de brancos que se posicionaram contra o regime do apartheid na África do Sul, adotando uma postura ativamente antirracista. “Aqui é difícil o cara largar o osso. E essa hostilidade e essa impaciência têm razão de existir, na minha avaliação, porque existe uma omissão branca difícil de acreditar, inclusive no que diz respeito ao genocídio dos jovens negros.”

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil. A taxa de homicídio entre homens pretos e pardos é quase o triplo daquela entre brancos. E, no estado de São Paulo, entre 2014 e 2016, 67% dos mortos em ações policiais eram negros. A maioria dos jovens mortos durante ação da polícia militar no baile da DZ7, na favela de Paraisópolis, eram pretos e pardos.

No mesmo sentido, Rosana Paulino critica quem aborda a negritude como um debate meramente identitário. “A questão negra não é identitária. É uma questão de vida ou morte. Tratá-la de outra maneira é enfraquecê-la, porque, no Brasil, a cor da sua pele vai determinar se você pode ou não levar 80 tiros a caminho de um batizado”, diz.

Para Claudia Rankine, é impossível ser antirracista sem reconhecer os privilégios da branquitude.

“O trabalho que a cultura fez ao insistir na humanidade dos brancos versus a desumanidade de todos os demais grupos é muito profundo”, afirma. “As próprias pessoas negras dão privilégios para pessoas brancas. Os mesmos privilégios que negam a outras pessoas negras”, avalia, citando como exemplos comportamentos discricionários de policiais e seguranças negros.

“O reconhecimento dos privilégios traz um entendimento de que cada um precisa desejar conscientemente realocar o poder. Do contrário, tudo continuará a ser como tem sido nos últimos séculos: as pessoas continuarão a acreditar naquilo que elas foram ensinadas a acreditar, ou seja, que uma pessoa branca é melhor simplesmente porque ela se parece mais ‘comigo’”, diz ela.

E conclui: “São centenas de anos deste sistema. Mudá-lo vai dar trabalho. Temos de começar em algum momento”.

Por Fernanda Mena e Priscila Camazano

Negros, os credores que incomodam, por Cida Bento

A presença negra que cresce e fica mais visível gera medo e se torna alvo da violência

[\(Folha de S.Paulo, 12/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Nesta semana em que se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a forte mobilização social da sociedade civil na luta pela manutenção e pela ampliação de seus direitos e conquistas vem acompanhada do medo e de respostas institucionais de extrema violência.

Um exemplo é, de um lado, o [Mês da Consciência Negra](#), marcado por vibrante profusão de iniciativas por todo o país, em áreas tais como a literatura, com debates e lançamento de livros e revistas, a dramaturgia, com belíssimas peças fazendo releituras do Brasil, a dança e os cantos, na comunicação digital com coletivos jovens e periféricos trazendo novos conteúdos e formas e na intensificação do debate sobre feminismos negros.

Debates e iniciativas focaram o SUS enquanto estrutura fundamental para a qualidade de vida da população pobre e negra, bem como a permanência deles nas universidades e a entrada qualificada no trabalho.

Igualmente o [empreendedorismo](#) como resposta criativa, e não só precarizada, à exclusão no trabalho. Instituições pressionadas pelo movimento negro vêm fazendo diagnósticos e buscando formas de serem mais equânimes.

Em todos os cantos do país, os ventos de novas perspectivas sociais, econômicas e políticas são assuntos inevitáveis.

De outro lado, chega também a indignação e o horror ante a violência extrema que se intensifica e que explodiu no massacre em Paraisópolis: um ataque frontal aos direitos humanos da juventude.

A presença negra que cresce e fica mais visível gera medo e se torna alvo da violência. Esse é um tema central da “Coalizão Negra por Direitos”, coletivo que reúne dezenas de organizações negras e que protagoniza nacional e internacionalmente iniciativas visando mudar essa realidade.

“Onda Negra, Medo Branco”

Tentando resolver o problema de “um ameaçador país, majoritariamente negro”, a elite branca brasileira, do fim do século retrasado, se perguntava: “O que fazer com o negro?”.

Célia Marinho de Azevedo destaca essa situação em seu livro “Onda Negra, Medo Branco”: “Toda uma série de brancos ou esfolados bem-nascidos e bem-pensantes que, durante todo o século 19, realmente temeram acabar sendo tragados pelos negros malnascidos e mal pensantes...”.

No livro “O Espetáculo das Raças”, Lilia Moritz Schwarcz ressalta o Censo de 1872, no qual negros eram 55% dos brasileiros, o que era um problema para cientistas da época. Eles tinham de contar a história de um Brasil majoritariamente negro e mestiço, nascido e prosperado sob o sistema de escravidão negra, e, ao mesmo tempo, manter-se próximo aos modelos europeus de civilização que consideravam negros não civilizados e não civilizáveis.

No documento “Estrutura Social para o Brasil Moderno e Democrático no Século 21”, da Escola Superior de Guerra, Dennis de Oliveira aponta a preocupação com o fato de que, em algumas décadas, o Brasil seria majoritariamente negro, a exclusão social e a miséria aumentariam, criando conflitos e arriscando a estabilização social, e que “Executivo, Legislativo e Judiciário poderão pedir o concurso das Forças Armadas para neutralizar essa orla de bandidos, matá-los e destruí-los”.

Esse medo da maioria negra que sempre aparece na história do Brasil e gera violência pode vir da consciência que muitos brasileiros têm de que, dos pouco mais de 500 anos de história, quase 400 foram de escravidão negra. Nesse tempo, trabalho “era coisa de preto”, e as riquezas geradas nesse período não ficaram com a população negra.

Assim é que negras e negros são os credores que incomodam.

Por Cida Bento

**Racismo e violência doméstica:
por que mulheres negras**

morrem mais?

Mulheres negras são as maiores vítimas de violência . O que a frieza dos números deixa evidente é que a raça é determinante para suas histórias

[\(Revista AzMina, 20/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Mulheres negras são as que mais sofrem violência doméstica no Brasil. São as que mais denunciam agressões. São as maiores vítimas de homicídio e feminicídio. É o que mostram dados estatísticos. As vítimas dessas agressões têm duas coisas em comum: gênero e raça. O que a frieza dos números deixa evidente é que a raça é determinante para as histórias dessas mulheres que sofrem violência.

Fernanda* é uma mulher negra de 31 anos. Viu a mãe apanhar do pai quando era pequena e não conseguiu escapar do ciclo de violência. Após sofrer agressões do marido e ver sua filha ameaçada pelo próprio pai, tentou denunciá-lo mais de uma vez, mas não conseguiu. Foi desencorajada no lugar onde deveria ter encontrado proteção, a delegacia.

Ela procurou primeiro a delegacia da mulher. “A delegada disse que não tinha nada pra fazer por mim, que eu precisava esperar acontecer alguma coisa comigo ou com a minha filha pra poder pegar ele. Eu respondi que até lá eu já vou ter morrido”, conta. Fernanda segue viva, mas a falta de proteção leva mulheres à morte.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2018 e 61% delas era negra (soma de pretas e pardas, de acordo com classificação do IBGE). Feminicídio é o termo que define o assassinato de mulheres cometido em razão do gênero. Ou seja, quando a vítima é morta por ser mulher.

A Lei Maria da Penha prevê mecanismos de denúncia, prevenção e de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar. Mas eles não estão conseguindo proteger as mulheres negras.

“Apesar de contarmos com políticas públicas voltadas para o enfrentamento à

violência doméstica, os índices demonstram seu reduzido alcance para atuar na proteção e direito à vida das mulheres negras. O recrudescimento do racismo, do conservadorismo e do machismo são elementos que impactam negativamente na vida das mulheres”, diz Sueli Carneiro, fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, no livro Mulheres Negras e violência doméstica: decodificando os números.

Dados do Ligue 180, serviço do governo que recebe denúncias de violência contra a mulher, localizam as mulheres negras no campo da violência doméstica. Em 2016, 60% das mulheres que relataram casos de violência eram negras - os dados de 2017 e 2018 tiveram um alto percentual de mulheres que não informaram raça.

SANGUE NEGRO

MAIS DE 60% DAS
MULHERES ASSASSINADAS
NO BRASIL SÃO NEGRAS

13 MULHERES ASSASSINADAS
POR DIA NO BRASIL



8 DELAS SÃO NEGRAS

AUMENTO DO HOMICÍDIO
FEMININO (2007-2017)*

* EM NÚMEROS ABSOLUTOS

60,5%



ENTRE
MULHERES
NEGRAS

1,7%

ENTRE
NÃO NEGRAS

Quando cruzamos gênero com raça

A forma como a mulher negra é vista é um ponto central para explicar os dados. Pesquisadoras negras mostram que os estereótipos construídos ao longo de séculos têm influência na construção das identidades e vulnerabilizam a mulher negra, ao “autorizar” violações contra elas. É o que a socióloga e autora norte-americana feminista Patricia Hills Collins chama de “imagens de controle”: ideias que são aplicadas às mulheres negras e que permitem que outras pessoas as tratem de determinada maneira.

Dessa forma, quatro estereótipos racistas se destacam: o da mãe preta, que é a matriarca ou subserviente; o da negra de sexualidade exacerbada que provoca a atenção masculina; o da mulher dependente da assistência social; e o da negra raivosa, produtora da violência, não a receptora. Essas ideias vão, inclusive, na contramão de mitos que normalmente foram construídos em torno da imagem da mulher branca, como o da fragilidade feminina, da exigência de castidade, da divisão sexual do trabalho em que o homem é o provedor e a mulher é a cuidadora.

[Confira a matéria completa clicando aqui.](#)

Gênero e raça vulneráveis à violência, por Dandara Tinoco, Renata Giannini e Terine Husek

Desigualdades atingem de maneira desproporcional mulheres negras

[\(O Globo, 20/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Apenas cinco dias separam a celebração do Dia da Consciência Negra no Brasil, 20 de novembro, do Dia Internacional da Não Violência Contra a

Mulher, instituído pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas no dia 25 do mesmo mês. O encontro das agendas vai muito além do calendário. Quando se trata de tornar o mundo um lugar mais seguro para mulheres e meninas, não podemos ignorar como identidades sociais se sobrepõem e acentuam vulnerabilidades. Por um lado, é preciso mais atenção para a violência baseada em gênero, inclusive, melhores registros e análises para preveni-la e combatê-la. Por outro, isso se torna ainda mais urgente ao olharmos para a situação de mulheres negras.

Tal afirmação é amparada por dados. Uma análise preliminar de números coletados pela plataforma EVA (Evidências sobre Violências e Alternativas para Mulheres e Meninas), a ser lançada segunda-feira pelo Instituto Igarapé, demonstra que mulheres negras são o maior grupo nos registros de diversos tipos de ocorrências que possuem especificação de raça no Sistema de Saúde no Brasil. Elas somam 57% das vítimas de violência sexual, 51% das vítimas de violência física e 49% das vítimas de violência psicológica. Enquanto a violência contra as mulheres brancas aumentou 297% entre 2010 e 2017, a contra as mulheres negras registrou crescimento de 409%.

Ao olhar também para os registros feitos pelos estados brasileiros na área de segurança pública, o projeto se deparou com um outro problema: a ausência de dados. Apenas quatro das 24 unidades da Federação que enviaram informações apresentaram o recorte por raça das vítimas de violência: Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Isso significa dizer que pesquisadores, ativistas ou mesmo gestores públicos brasileiros não têm ao seu alcance parte significativa dos insumos que são cruciais para pensar em políticas específicas para esse público.

É oportuno lembrar que as desigualdades que atingem de maneira desproporcional essas mulheres não se resumem apenas à violência. Elas permeiam diversas outras áreas, como mercado de trabalho e representação política. Organizações, coletivos e projetos liderados por mulheres negras vêm fazendo um importante papel de construir conhecimento e cobrar estratégias para combater os efeitos do racismo na dificuldade de acesso a políticas.

O enfrentamento da violência cometida contra mulheres e meninas passa por

estratégias que possam evitar que ela ocorra e também que garantam apoio e proteção para aquelas que já foram vitimadas. Melhorar a qualidade dos dados é um primeiro passo. Mas é preciso também facilitar o acesso de mulheres negras vítimas de violência a canais de denúncia e programas voltados para capacitação profissional e renda. Outros exemplos de abordagens com resultados positivos são a capacitação de profissionais que atuam no atendimento às vítimas e com homens autores de agressões. Evidências e caminhos possíveis para lidar com a justaposição de vulnerabilidades já estão identificados. É urgente que eles sejam usados por autoridades para tomar ações.

Por Dandara Tinoco, Renata Giannini e Terine Husek

Conceição Evaristo: “A questão do negro não é para nós resolvermos, é para a nação”

Consagrada no Brasil e no exterior, a escritora mineira critica a “intelectualidade branca”. Filha de empregada doméstica e mãe de uma única mulher, defende o direito à interrupção de uma gravidez indesejada, mas provoca: “Quando uma mulher negra e pobre realiza um aborto é porque ela sabe que é dona do corpo dela ou porque ela não tem outra saída?”

[\(Maire Claire, 20/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O ventilador de chão está ligado. É um dia quente no Rio de Janeiro. E Conceição Evaristo está com calor. Mas pede à assistente para desligar o aparelho. “Depois meu cabelo vai ficar bagunçado para as fotos”, diz. Aos 72 anos, não faz tanto tempo que a escritora cumpre essa rotina de entrevistas. Mas vem se acostumando desde que se tornou um nome incensado no mercado editorial, meio em que a representatividade não só enfim começou a

dar as caras e a ocupar espaços como tem vendido muito. “Nós nunca tivemos tanta fertilidade no campo das artes. Cinema negro, teatro negro, autoria negra e, é impressionante, tudo cheio”, diz ela, citando, entre outros, a cineasta Yasmin Thayná, a slammer e atriz-MC Roberta Estrela D’Alva e a escritora e filósofa Djamila Ribeiro.

Conceição Evaristo receberá este mês o título de personalidade literária do ano pelo prêmio Jabuti, o mais importante da literatura brasileira. Autora de obras que orbitam em sua “condição de mulher negra” e pela história de seus ancestrais, como Beco das Memórias, Insubmissas Lágrimas de Mulheres e Ponciá Vicêncio, ela é um dos nomes mais reverenciados das letras. No Mês da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro, data atribuída à morte de Zumbi dos Palmares, um dos maiores símbolos da luta contra a escravidão, Conceição sublinha que os tempos voltaram a ficar mais difíceis, mas que o espírito da resistência “não vai nos faltar”.

“Essa precariedade que estamos vivendo no Brasil não vai nos impedir. Tem muito pouco tempo que a gente aproveita dessa possibilidade”, afirma. “Nessas horas, gosto de lembrar a história dos africanos e de seus descendentes. Quando fugiam pro quilombo, eles não tinham certeza nenhuma se alcançariam a liberdade. O que fortalecia esse sujeito? O desejo da liberdade e a crença nesse direito. Só isso, mais nada a favor. Pelo contrário. Se fosse recapturado, o castigo era pior. E, no entanto, ele fugia. Estamos numa situação de vulnerabilidade muito grande, mas, enquanto a gente tiver a certeza do direito à vida, isso nos mantém de pé.”

Estamos numa situação de vulnerabilidade muito grande, mas, enquanto a gente tiver a certeza do direito à vida, isso nos mantém de pé

Hoje consagrada escritora, Conceição nasceu e se criou numa favela de Belo Horizonte. Filha de empregada doméstica, chegou a prestar o mesmo serviço ainda criança, quando morava com tios que viviam em condições melhores que a mãe. Viu seu destino girar a partir da mudança para o Rio em meados dos anos 70. Lá, formou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalhou na rede pública como professora e se tornou mestre em literatura brasileira.

Seu espaço dentro de um meio predominantemente branco, “como toda instituição brasileira”, ela demorou a encontrar. Deu os primeiros passos ainda no início dos anos 90, quando passou a publicar contos e poemas na série ***Cadernos Negros***. Mas só foi lançar o primeiro romance, ***Ponciá Vivêncio***, em 2003, quando já tinha 57 anos. O reconhecimento de fato veio sentir aos 68, quando foi destacada no Salão do Livro de Paris de 2015. O Brasil, que até então pouco conhecia Conceição Evaristo, foi o país homenageado e assistiu, na França, uma escritora brasileira ser ovacionada, primeiramente, pelos estrangeiros. No ano seguinte, endossou um manifesto que questionava a ausência de negros na programação da **[Festa Literária de Paraty - Flip](#)**. No ano passado, desafiou os ritos da **Academia Brasileira de Letras** e se lançou candidata independente ao posto de imortal, incentivada por uma imensa campanha popular nas redes sociais nunca vista na história da Academia. Sem ceder a supostos lobbys, com direito a jantar para os imortais, Conceição terminou a disputa em terceiro, com apenas um voto dos 35 possíveis.

Aos 72 anos, pretende transformar essa história em livro, para que ela “não seja esquecida”. “Se você pensa a Academia como a casa que guarda uma literatura nacional, essa representação está manca. É preciso que essa história mude.” Na literatura e na vida, gosta de falar sempre a partir de suas experiências e exalta os que têm conseguido fazer o mesmo. “Hoje a gente tem um movimento de falar com a nossa voz. Me perguntam se falo pelas mulheres negras. Eu não falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com as mulheres negras.”

Sua lente de aumento para o racismo estrutural confronta aqueles que dizem não existir discriminação no Brasil. Diante de mortes recentes de crianças e jovens negros atribuídas às operações policiais nas comunidades, Conceição afirma haver uma política de eugenia implementada pelo Estado. “Em qualquer regime que há supressão da democracia, as camadas populares sofrem muito mais e é um sofrimento que não vem à tona. Isso comprova que, dependendo da sua posição social, o seu lugar de denúncia é muito menos possível.”

Após 1h30 de entrevista, a escritora nos levou para caminhar pelos arredores

do Morro da Conceição, bairro carioca que coincidentemente leva seu nome. Ali, na região conhecida como Pequena África, onde escravos chegaram ao Rio pelo Cais do Valongo e em que muitos deles foram enterrados, ela estabeleceu seu escritório e lar quando tem compromissos na capital fluminense e prefere adiar a volta a Maricá, cidade a cerca de 60 quilômetros do Rio, onde mora com a única filha, Ainá. Entre grafites de Tia Ciata e “[Quem mandou matar Marielle?](#)”, afirma que o lugar lhe inspira. Seu próximo romance (ainda em desenvolvimento), ***Flores de Mulungu***, remete à diáspora por meio de uma matriarca de 107 anos. “Coincidência ou não, chamar Morro da Conceição tem tudo a ver com uma história subterrânea que pode ser ressuscitada na ficção.”

MC O debate de relações amorosas interracialis está muito presente nas redes. A cantora [Karol Conka](#), por exemplo, foi chamada de “palmiteira” por namorar um menino branco. Como vê isso?

CE Tenho uma história de amor pra contar: tive um casamento feliz com um homem negro [Oswaldo Santos de Britto]. Paixão não se determina. Ao mesmo tempo, se vivemos numa sociedade pautada pelos valores brancos, isso de certa forma determina seu gosto. A escolha do negro pelo branco é uma situação muito subjetiva. Até que ponto essa atração é natural ou produzida por aquilo que o sujeito branco representa? Numa relação interracial é difícil medir isso de fora. Acho que é um ato muito mais de questionamento que a própria pessoa tem de fazer e não o entorno. Mas essas questões têm de ser discutidas, sim, porque estão no fundo dos modos de relações raciais numa sociedade.

Me perguntam se eu falo pelas mulheres negras. Eu não falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com as mulheres negras

MC Como vê políticas afirmativas como a Lei de Cotas? Em 2008, quando ela foi aprovada, dividiu a sociedade e até intelectuais progressistas se posicionaram contra.

CE Tem uma intelectualidade brasileira que fez carreira acadêmica em cima de estudos negros e foram contra as cotas raciais. Fiquei assustada, mas não muito, na medida em que é uma intelectualidade branca querendo manter seus privilégios. Estuda a questão negra, sabe das injustiças sociais,

frequente religião afrobrasileira, mas na hora das políticas públicas, é contra. E isso me faz lembrar que aqui no Brasil toda vez que a gente vai discutir as questões raciais, tem sempre uma pessoa branca que levanta e fala: “Não tenho preconceito racial, fui criado por uma mãe negra, tive uma babá preta”. E a gente se pergunta: E daí? Os modos de relações raciais brasileiros, e isso muito devido ao mito da democracia racial, se escondem atrás de uma afetividade que politicamente não adianta nada. Pelo contrário, atrapalha na medida em que durante muito tempo esse mito da democracia racial imperou. E imperou ainda com pessoas que a gente esperava que tivessem uma visão política mais profunda. É decepcionante, principalmente quando uma atitude dessa parte de um artista, que em tese é uma pessoa além do seu tempo.

MC Quais são os nomes da cultura negra que você tem acompanhado?

CE A primeira pessoa, até como mulher, é a [Djamila Ribeiro](#) e a evolução que ela está provocando. Ela pegou pensadoras que leu, incluindo afro-americanas, e tornou esse texto mais palatável. Com isso, é lida hoje por mulheres brancas e negras, homens brancos e negros. Mas não dá pra falar dela sem falar de [Sueli Carneiro](#). Ela é a grande pensadora, matriz do que a Djamila fala. Mas Djamila está num momento que as redes sociais têm um alcance muito grande. Ainda em literatura, outras mulheres que têm idade pra serem minhas filhas ou netas: **Lívia Natália**, de Salvador, **Roberta Estrela D’Alva**, do Slam, [Mel Duarte](#), **Jenyffer Nascimento**. Sem falar nos homens. Um que é exemplo desse intelectual que vem das bases é o **MV Bill**. Ele questiona a nação a partir de lugares que antes não tinham voz ou que outras pessoas tentavam representar. Hoje, a gente tem um movimento de falar com a nossa voz. Me perguntam se falo pelas mulheres negras. Não falo pelas mulheres negras, falo como mulher negra, com as mulheres negras.

MC Você é filha de uma mulher que trabalhou como empregada doméstica, chegou a ser doméstica antes de se tornar professora e escritora. Há uma frase que circula por aí que diz “a casa-grande surta quando a senzala aprende a ler”. O que ela diz pra você?

CE Para mim essa frase diz justamente da nossa força de vencer essas interdições e do incômodo que isso causa. Um dos medos que alguns defensores do abolicionismo tinham era de que “a escravaria se revoltasse e

pusesse fogo na casa-grande”, como se revela em *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manoel de Macedo. Ele foi um abolicionista e esse era o medo dele.

MC A que atribui esse medo?

CE Medo de disputa de espaço e racismo. Talvez o racismo esteja até na raiz disso tudo. Competir com o branco é uma coisa, competir com o negro é outra.

MC A cada duas horas uma mulher morre no país de aborto inseguro e isso é mais verificado no estrato da mulher jovem e negra e pobre. Como pensa essa questão?

CE Tem algumas questões para pensar. E vou ser até um pouco cruel. Quando a classe média precisa de fortalecimento do discurso, sabe muito bem utilizar as classes populares. Pensar o aborto somente na perspectiva de que a mulher é dona do seu corpo é incompleto pra mim. Quando precisa ou provoca o aborto, uma mulher negra e pobre não parte da premissa de que ela é dona do seu corpo, mas em como é difícil para ela ter mais um filho, alimentar e educar esse filho. Minha mãe teve nove filhos. Quando estava na décima gravidez, o médico disse que ela tinha um problema de útero e receitou uma pílula. Ela não tomou porque achava que era pecado. Aborto é uma questão de saúde pública. E a saúde pública não é preventiva, ela cuida do que chega ali. A mulher tem o direito de decidir se quer ter filho ou não, mas tem que ter condições para essa decisão. E aí fica a pergunta: quando uma mulher negra e pobre realiza um aborto é porque ela sabe que é dona do corpo dela ou porque ela não tem outra saída? Se ela não tem outra saída, já está sendo vítima da violência do Estado. Pode ser ficção minha, mas hoje uma juventude negra está sendo dizimada - e a gente sabe que tem um plano de eugenia atrás quando o Estado permite que isso aconteça -, será que essa mãe negra que perde um filho, não teria desejo de ter outro? Não sei se hoje não seria muito mais necessário pensar uma política que permitisse um planejamento familiar do que uma política que permita esse aborto.

A questão do negro não é para o negro resolver, é para a nação brasileira

MC Você acredita que a criminalização da maconha seria parte do processo para promover essa política eugenista?

CE Já me perguntaram se criminalização da maconha é uma medida racista.

Pode até ser, também. Mas esse não é o único dado que criminaliza o jovem negro. Com maconha ou não, ele já é um “sujeito”. E aí volto a dizer: é muito fácil para a classe média trazer esse discurso para ser encampado por nós, porque fortalece o discurso. Não sei se, liberando a maconha, o jovem negro deixa de ser vulnerável. Certa hora, nossa posição legítima determinados grupos que foram mais ou menos aliados. E na hora do pega para capar, a gente que acaba sendo o capado. Então precisa de uma sinceridade muito grande, muito grande para as pessoas brancas reconhecerem que ainda estão em situações privilegiadas.

MC Como pessoas brancas podem fazer isso?

CE Primeiro, que façam o reconhecimento sincero de privilégios. E ver no dia a dia em que momento ou em que situações abrem mão desse privilégio. Em que momento efetivamente um sujeito branco se alia ao negro? Em que momento é capaz de ir pra rua engrossar uma manifestação nossa? Você como chefe de um setor, é capaz de contratar negros pra trabalhar com você? As coisas não acontecem no abstrato, tem ações que o sujeito branco pode fazer no cotidiano para mexer na estrutura. A questão do negro não é para o negro resolver, é para a nação brasileira. Claro que você vai estar em determinadas lutas que te falam mais de perto, mas, se estamos todos num território nacional, o problema de um grupo não é dele, é nosso. É muito fácil ficar discutindo na internet e, na hora de ir para uma marcha contra a morte de um jovem negro ou de um indígena, a gente não vai.

MC Você parece ser uma mulher muito forte. Algum evento recente te desmoronou?

CE O evento que me desmoronou foi a morte de **Marielle Franco**. Estava em Paris a trabalho e, no dia seguinte, a gente tinha uma palestra. Não consegui falar de esperança. A morte de Marielle [para, dá um suspiro longo]... Para mim é uma menina. Eu a vi menina. Algumas pessoas me pedem para falar, dar depoimento, mas ainda é uma coisa que não gosto de falar.

Por Pedro Henrique França

Isabela Reis: ‘Base da pirâmide

sociorracial, as mulheres negras vivem o pior que o país tem a oferecer'

Jornalista analisa a situação das mulheres negras brasileiras a partir do histórico discurso em que a ex-escrava Sojourner Truth, nos EUA de 1851, questionou: 'Não sou eu uma mulher?'

[\(O Globo, 20/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Quando questionou “**não sou eu uma mulher?**” durante uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851, **Sojourner Truth** não calou apenas os homens que tentavam inviabilizar a luta pelo direitos das mulheres, silenciou também as feministas brancas que vaiaram quando a ex-escrava posicionou-se para discursar.

No mesmo ano em que Sojourner vociferava contra aqueles que se recusavam a permitir que mulheres negras norte-americanas tivessem direito a educação e ao voto, no Brasil, as escravizadas ainda eram animalizadas e tratadas como mercadoria por mulheres e homens brancos escravocratas. Somente em 1888, após séculos de pressão e resistência negra, o Brasil aboliu formalmente a escravidão em uma assinatura que condenou a população negras às margens e manteve os brancos onde sempre estiveram: no poder.

De 2007 a 2017, o número de homicídios de mulheres negras aumentou em 60% no Brasil. O crescimento para mulheres não negras foi de 1,7%. As mulheres pretas recebem menos anestesia local quando a episiotomia - corte no períneo para facilitar a saída do bebê durante o parto vaginal - é realizada. Mulheres brancas recebem 75% da renda média dos homens brancos, as negras, apenas 43%. A taxa de desemprego entre mulheres negras é de 16,6%. Entre brancas, 11%.

VÍDEO:

'Quem nunca foi chamada na escola de cabelo de bombril?' questiona a colunista do Globo Flávia Oliveira. Ela e outras mulheres negras da

redação de O Globo e Extra, jornalistas ou não, contam neste vídeo como foi o processo de aceitação do cabelo natural, marcando o dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha, em 25 de julho.

Não são percepções subjetivas, são dados estatísticos do Atlas da Violência 2019, do estudo “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil” 2017 da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) e da Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua trimestral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente.

Como vivem as mulheres negras? Sendo a base da pirâmide sociorracial brasileira, vivem o pior que o país tem a oferecer.

A empatia é palavra invisível na prática. Sororidade de mulheres brancas com negras é item de colecionador, raríssimo. O que garante a sobrevivência de pretas e pardas nesse país historicamente hostil é o conceito de dororidade, cunhado pela intelectual Vilma Piedade, a solidariedade e aliança entre mulheres negras que surge a partir de experiências dolorosas com o racismo.

Negras continuam ansiando por movimentos de diversidade interseccionais, ou seja, que além de questionar os papéis de gênero, pensem principalmente em como raça e classe são determinantes para a vivência em sociedade.

Enquanto isso, fico com Martin Luther King que afirmava que “a compreensão superficial das pessoas de boa vontade é mais frustrante do que a incompreensão absoluta daqueles de má vontade. A aceitação indiferente é mais desconcertante que a rejeição direta.”

Não é mais somente sobre representatividade. Além de condições de sobrevivência e qualidade de vida, faltam proporcionalidade e cadeiras cativas nos espaços de poder. É tempo de largar o osso.

Por Isabela Reis

Genocídio e inclusão no mercado de trabalho são urgências para negros no Brasil

Pesquisa inédita realizada pelo Google em parceria com Instituto DataFolha e consultoria MindsetWGSN nas cinco regiões do país mapeia as urgências e da população negra como a importância de políticas afirmativas, representação e o feminismo negro

[\(Marie Claire, 18/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Os **autodeclarados pardos ou negros no Brasil são 58%** e para eles genocídio, racismo estrutural e institucional e inclusão no mercado de trabalho estão entre as urgências para a população, de acordo com pesquisa inédita *Consciência entre urgências: pautas e potências da população negra no Brasil*, realizada pelo Google em parceria com Instituto DataFolha e consultoria MindsetWGSN nas cinco regiões do país.

O estudo envolveu uma fase qualitativa em outubro de 2019 com entrevistas com sete especialistas (sociólogos, filósofos e historiadores), três grupos qualitativos em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador e seis *Youtubers*. Na fase quantitativa foram ouvidas 1225 pessoas de todas as classes e regiões do país.

Dos 58% da população, **69% se declara parda e 31% negra** e a pauta mais urgente (**46%**) é a **inclusão no mercado de trabalho**. De acordo com o IBGE, [pretos e pardos têm um salário médio de 58% do salário dos brancos](#) e juntos representam 65% dos desempregados do Brasil. Porém de acordo com o grupo, o tema é menos discutido (34%) do que deveria e fica atrás de racismo institucional e estrutural.

Em segundo lugar está então racismo estrutural e institucional como

urgência (44%) e necessidade de discussão (41%). A **pauta é 1,7 vezes mais importante entre jovens de 16 a 24 anos** do que entre as pessoas com mais de 60. Dentro do tema, **7 entre 10 brasileiros não se sentem representados pelos governantes** e as classes D e E (73%) acham mais importantes votar em candidatos negros que as classes A e B (47%).

A pesquisa ainda aponta que a ausência da representatividade também é reforçada pela publicidade. **68% dos entrevistados afirmaram que não se sentem representados pelas marcas** em geral.

A pauta sobre **feminismo negro é 27% urgente** e 25% uma necessidade a ser discutida. Mais urgente entre as mulheres (30%), mas entre os homens (23%) ocupa a mesma posição na lista de urgências. Enquanto a taxa de assassinatos de mulheres brancas teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%, segundo o Atlas da Violência do IPEA de 2019.

O **genocídio da população negra é a quarta pauta mais urgente (23%)**. Quanto maior a escolaridade, maior o sentimento de urgência em relação ao genocídio da população negra, Superior (53%), Médio (26%) e Fundamental (14%). De acordo com Fórum Brasileiro de Segurança Pública, **a cada 23 minutos um jovem negro é morto no país**.

Em quinto lugar, a **preocupação com a existência de políticas afirmativas, como cotas raciais, é 19% urgente**, e é maior entre homens (23%) do que entre as mulheres (17%). Para os entrevistados, a urgência de políticas afirmativas é menor que o nível de discussão (24%) em torno do assunto no país.

Consciência Negra

O estudo também buscou entender a percepção dos entrevistados sobre o Dia da Consciência Negra. **Para 91%, o dia 20 de novembro é uma data importante para manter vivos na memória heróis negros e heroínas**. O dia tem maior importância para as classes mais baixas, 85% dos ouvidos das classes D e E concordam que a data é um momento de luta, o percentual entre os da classe A e B é de 72%.

Ativismo

Um em cada dois entrevistados se consideram ativistas do movimento negro no Brasil. O percentual dos que se consideram mais ativistas estão nas classes D e E (63%), que reúnem duas vezes mais ativistas que as classes A e B (31%). Do grupo, **81% concordam que o ativismo negro prioriza causas que são importantes para toda a população.**

E os brancos? 78% dos entrevistados são a favor da participação de pessoas brancas na luta contra o racismo e **59% entendem que brancos devem se envolver porque fazem parte do problema. Para 87% a luta não é exclusivamente dos negros.**

Resultados detalhados da pesquisa serão divulgados ao longo do ano. Em março de 2020, será divulgado um recorte com dados sobre o feminismo negro e imagem na mídia.

Inclusão racial: modismo ou missão?, por Monique Rodrigues do Prado

Entramos em novembro com objetivo de discutir a promoção da igualdade racial, já que dia 20 desse mês fixou-se o “Dia da Consciência Negra”, data em que ocorreu a morte de um dos maiores líderes do movimento negro na época da escravização: Zumbi dos Palmares.

[\(Estadão, 13/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A data costuma trazer certo rebuliço e resistência daqueles que não compreendem o pano de fundo do dia, sendo comumente utilizado o argumento de que “não me considero racista e por isso não vejo necessidade do dia da consciência negra”. Para deslegitimar a data, outros ainda dizer que “pessoas brancas sofrem igualmente como pessoas negras.”

Entretanto, para desmistificar esse argumento a pesquisadora clínica estadunidense Dra. Joy Angela DeGruy estudou sobre a “Síndrome pós traumática de pessoas escravizadas”. Segundo a autora o período da escravidão causou efeitos emocional e psíquico nas pessoas negras que perdura até os dias de hoje, já que certamente após abolição ninguém fora submetido a um processo terapêutico de restauração psíquica para tratar os traumas durante a vigência do sistema opressor. Ainda assim, essas mesmas pessoas traumatizadas pós-escravidão tiveram que dar conta de criar as próximas gerações. Ela exemplifica como alguns dos sintomas dessa síndrome o estado de vigilância constante; a sensação de vida curta; a resposta exagerada para os problemas e dificuldade para dormir razão das humilhações experimentadas.

Na mesma linha, não haveria a possibilidade de existir “racismo reverso”-tese sustentada por pessoas brancas, já que se de um lado as pessoas negras possuem rombos profundos na educação, na condição econômica e na saúde, de outro as pessoas brancas continuam sendo majoritárias em espaços de poder. Isto é, ainda que se admitisse que pessoas negras odeiam pessoa brancas, estruturalmente não há qualquer equivalência com o racismo como explica o professor Silvio de Almeida ao conceituar o racismo como “mecanismo de poder.”

Outro pretexto para quem critica o dia 20 de novembro é de que a escravidão aconteceu há muito tempo. Ocorre que, o argumento também cai por terra, uma vez que a abolição da escravatura aconteceu em 1888 e teve vigência de quase 400 anos. Isto é, o Brasil tem apenas 131 anos pós-escravização, ou seja, menos tempo do que no período em que ela esteve instaurada. Significa dizer que muitos bisavós de pessoas que ainda estão vivas nos dias de hoje foram pessoas escravizadas.

Os alemães não conseguem olhar a sua história sem reconhecer a mancha produzida pelo holocausto dos judeus, os americanos não podem esquecer os bombardeamentos atômicos das cidades de Hiroshima e Nagasaki e os brasileiros devem olhar para o racismo como algo que precisa de revisão histórica e conserto, já que racismo não foi criado por pessoas negras.

Em termos de legislação, o Brasil internacionalmente assinou uma série de

tratados e convenções sobre o tema, quais sejam: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre a Discriminação no Emprego e Ocupação, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, a Declaração sobre raça e os preconceitos raciais, a Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, entre outros.

Nacionalmente, observa-se a Constituição Federal, a Lei nº 7.716 contra o racismo, o Código Penal e o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 12.990/2014 - Lei de Cotas raciais nos concursos públicos e a Lei Lei 12.711 de 2012, chamada Lei das Cotas no ensino Superior.

Entretanto, nos Tribunais o avanço é acanhado tanto na esfera penal, trabalhista e cível. Embora o racismo seja considerado um crime da natureza hedionda, ou seja, muito grave e que merece punição mais severa, é comum que o crime seja desqualificado e enquadrado no crime de injúria racial, sendo na prática ação criminal que não enseja em pena de prisão. No mesmo sentido, o racismo corporativo, aquele que acontece dentro do ambiente de trabalho, é de difícil comprovação justamente porque o patrão não deixa muitos rastros ao praticar o ato discriminatório. Além disso, mesmo quando há provas da prática criminosa, quando a ação é ajuizada na esfera trabalhista ou cível é comum que os magistrados não reconheçam o assédio moral fixando o dano moral.

Nesse ponto, apenas para ilustrar, é importante ressaltar que o judiciário brasileiro é formado por 84,3% de magistrados autodeclarados brancos, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Na mesma linha, nos Tribunais Superiores o número de Ministros brancos chega a 91,1%. No Ministério Público 77% dos promotores e procuradores são brancos em consonância com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESC).

Me vem a memória a fala da atriz e poeta Elisa Lucinda na série Diálogos Ausentes: “Se tem territorialidade, tem apartheid. Sem tem onde encontrar preto e onde encontrar branco, tem apartheid. A gente fica fingindo que não vê, mas é porque não vê mesmo. Tem uma cegueira.” (sic).

Com efeito, embora seja de suma relevância fixar na legislação o caráter

pedagógico e punitivo contra aqueles que cometem racismo, injúria racial ou assédio moral motivado por discriminação racial, apenas a lei não tem dado conta desse hiato social e histórico produzido pelo racismo.

Assistimos um cenário de muito contraste, já que os cargos públicos em alto escalão e os espaços de decisão continuam tomados majoritariamente por pessoas brancas, enquanto que pessoas negras lutam diariamente para serem reconhecidas como sujeito de direitos mínimos, essenciais para a vida humana tais como: comer, ter onde dormir e ter acesso ao estudo. Além disso, os retrocessos da Lei Trabalhista e da Reforma da Previdência impactam diretamente as pessoas negras, justamente porque retiram direitos de pessoas que já se encontram economicamente vulneráveis.

Iniciativas tímidas têm emergido para tentar dar conta desse abismo sócio-racial, como por exemplo: o Pacto pela Inclusão Racial no Mercado de Trabalho do Ministério Público do Trabalho e a Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

Instituições da sociedade civil e os movimentos sociais, como a Educafro, a Faculdade Zumbi dos Palmares, o Instituto Luiz Gama, o Instituto Identidades do Brasil, Geledés e o Comitê de Igualdade Racial do Grupo Mulheres do Brasil têm realizado trabalhos de advocacy contra o encarceramento em massa, contra a violação de direitos das mulheres negras, fomentando a discussão e promovendo ações afirmativas e trabalhando na conscientização Brasil adentro em favor da igualdade racial. Nesse sentido, em virtude da urgência do tema, não há como encarar a inclusão e a igualdade racial exclusivamente como um “selo de politicamente correto” como alguns teimam em enxergar o assunto, como se isso fosse algo da moda e passageiro, ao contrário.

Para superar o racismo é fundamental pensar em políticas de desenvolvimento e de reparação histórica numa perspectiva ampla sendo elas voltadas a educação, observando-se desde a evasão escolar ao ingresso e permanência no ensino superior; o mercado de trabalho com a garantia de direitos trabalhistas - alertando-se para o contingente de universitários negros que não conseguem emprego. Por fim, garantir às pessoas negras ascensão econômica como, por exemplo, equiparação salarial, plano de

carreira inclusive nos cargos de liderança e facilitação de acesso ao crédito a empreendedores negros. Com efeito, é necessário que a agenda da igualdade racial seja um projeto de Estado aceitando-se institucionalmente o Brasil como ele é: diverso, rico e colorido.

Referências

DeGruy, J. (2005). Post traumatic slave syndrome: America's legacy of enduring injury and healing. Portland, OR: Joy DeGruy Publications Inc.

Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2019.

Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2019.

Disponível em:

Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2019.

Por Monique Rodrigues do Prado

Mulheres negras recebem menos da metade do salário dos homens brancos no Brasil

Negras ganham menos que homens negros, que são mais mal remunerados que mulheres brancas, aponta pesquisa do IBGE, que destaca que homens brancos ocupam o topo da escala de salários do país. Pretos e pardos são dois terços dos desempregados

[\(El País, 13/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

As mulheres pretas ou pardas continuam na base da [desigualdade de renda](#)

[no Brasil](#). No ano passado, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%), que ocupam o topo da escala de remuneração no país. Atrás deles, estão as mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens pretos ou pardos. Os dados fazem parte da pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça* publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quarta-feira. O estudo aponta ainda como a desigualdade está presente na distribuição de cargos gerenciais: somente 29,9% deles são exercidos por pessoas pretas e pardas. Quanto mais alto o salário, menor é o número de pessoas pretas e pardas que ocupam esses postos.

[Independentemente do nível de escolaridade](#), pretos e pardos continuam recebendo bem menos que os brancos no Brasil, aponta a pesquisa. No ano passado, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas (2.796 reais) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (1.608 reais). Os brancos com nível superior completo ganhavam por hora 45% a mais do que os pretos ou pardos com o mesmo nível de instrução.

O recorte em categorias de rendimento, segundo o tipo de ocupação, revelou também que, tanto na ocupação formal, como na informal, as pessoas pretas ou pardas receberam menos do que as de cor ou raça branca. A diferença salarial entre os dois grupos é, de acordo com o IBGE, um padrão que se repete, ano a ano, na série histórica disponível. A desigualdade de rendimento em favor da população branca ocorreu, segundo a pesquisa, com intensidades distintas nas Grandes Regiões brasileiras em 2018, mas se manteve tanto nos Estados que apresentaram os menores rendimentos —Maranhão, Piauí e Ceará—, quanto nos que registraram os rendimentos mais elevados —Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

Desocupados e informais

Além de ganharem menos, pretos ou pardos representam cerca de dois terços da população desocupada ([que hoje passa de 12 milhões de pessoas](#)) e 66,1% do grupo dos subutilizados, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial. Os postos informais também são

mais ocupados por esse grupo. Enquanto 34,6% dos trabalhadores brancos estavam em empregos informais, entre os pretos ou pardos o percentual é maior, de 47,3%.

Em relação à distribuição de renda, o levantamento mostra que os pretos ou pardos representavam 75,2% da camada mais pobre do país (formada pelos 10% com menos rendimentos). Dentre os 10% mais ricos, eram apenas 27,7%.

De acordo com o IBGE, as análises do estudo foram concentradas somente nas desigualdades entre brancos, pretos ou pardos devido às restrições estatísticas impostas pela baixa representação dos indígenas e amarelos no total da população brasileira “quando se utilizam dados amostrais”.

Em 2018, 43,1% da população do Brasil era branca, 9,3% era preta e 46,5%, parda. Os três grupos juntos representavam, no ano passado, 99% dos moradores do país.

Por Heloísa Mendonça

Como ser antirracista, segundo Djamila Ribeiro

Vogue selecionou 8 tópicos que você precisa saber do novo manual da filósofa e ativista

[\(Vogue, 05/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Como ser um membro atuante na luta contra o [racismo](#)? É exatamente isso que a filósofa Djamila Ribeiro busca responder - e instruir - por meio do *Pequeno Manual Antirracista* (Companhia das Letras, R\$ 25), livro que será lançado hoje (05.11) na livraria Martins Fontes, em São Paulo e que já teve uma procura de mais de 2.800 exemplares só na pré-venda.

Djamila mostra que se informar sobre o racismo, reconhecer privilégios da branquitude, ler autores negros, questionar a cultura que consumimos e conhecer nossos desejos e afetos, por exemplo, são passos essenciais para que esse processo de mudança aconteça. Vogue separa 8 passagens do livro que você não pode perder:

Entenda que racismo é um problema estrutural

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer

um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências.

O que você tem feito pela luta antirracista?

Chegamos, assim, à seguinte pergunta: o que, de fato, cada um de nós tem feito e pode

fazer pela luta antirracista? O autoquestionamento— fazer perguntas, entender

seu lugar e duvidar do que parece “natural” —é a primeira medida para evitar reproduzir esse tipo de violência, que privilegia uns e oprime outros.

Reconheça os privilégios da branquitude

Todos devem questionar a ausência de pessoas negras em posições de gerência, autores negros em antologias, pensadores negros na bibliografia de cursos universitários, protagonistas negros no audiovisual. E, para além disso, é preciso pensar em ações que mudem essa realidade.

Perceba o Racismo internalizado em você

Como vimos, a maioria das pessoas admite haver racismo no Brasil, mas quase ninguém se assume como racista. Pelo contrário, o primeiro impulso de muita gente é

recusar enfaticamente a hipótese de terem um comportamento racista:

“Claro que

não, afinal tenho amigos negros”, “Como eu seria racista, se empreguei uma pessoa

negra?”

Transforme seu ambiente de trabalho

É preciso romper com a estratégia do “negro único”: não basta ter uma pessoa negra para considerar que determinado espaço de poder foi “dedetizado contra o racismo”.

A herança escravista faz com que o mundo do trabalho seja particularmente racista—o que também o torna um dos espaços em que a luta antirracista pode ser mais transformadora.

Leia autores negros

Mesmo vencendo todos os obstáculos que acompanham a pele não branca e ingressando na pós-graduação, o estudante encontrará outro desafio: o epistemicídio, isto é, o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos. É raro que as bibliografias dos cursos indiquem mulheres ou pessoas negras; mais raro ainda é que indiquem a produção de mulheres negras, cuja presença no debate universitário e intelectual é extremamente apagada.

Questione a cultura que você consome

Nos processos de colonização, a visão de cultura do colonizador foi imposta, enquanto bens culturais eram saqueados. Um exemplo disso são as coleções dos principais museus da Europa, onde hoje se encontram objetos de diferentes países africanos, asiáticos e americanos—peças que, com certeza, devem significar muito para essas culturas.

Conheça seus afetos e desejos

As mulheres negras são ultrassexualizadas desde o período colonial. No imaginário coletivo brasileiro, propaga-se a imagem de que são “lascivas”, “fáceis” e “naturalmente sensuais”. Essa ideia serve, inclusive, para justificar abusos: mulheres negras são as maiores vítimas de violência sexual no país. Obviamente a questão não é sobre a sensualidade de determinada mulher, mas sim sobre necessidade de enquadrar mulheres negras nesse estereótipo.

Por Laís Franklin